

“MAIS QUE UMA IDEIA NA CABEÇA”: MÍSTICA, LUTA E CONFIANÇA EM TORNO DO BONÉ DO MST

Mariana Pitasse Fragoso¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo refletir sobre como se organizam sentidos, valores e relações em torno do boné do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O adereço vermelho – que tem encontrado adeptos fora do espaço da militância –, pode ser entendido muito além de um acessório que demarca uma posição política ou a integração ao movimento. Na relação entre lideranças e militantes, o boné pode ser utilizado como ferramenta que aponta as posições que ocupam na estrutura do movimento. As análises contidas neste artigo são construídas em torno da descrição de um episódio, que envolve a transferência de uma posição de liderança de um militante para outro, através de uma “passagem de boné” – que neste caso não se trata só de uma figura de linguagem para simbolizar a mudança, mas também do adereço propriamente dito cedido como herança. O episódio exemplifica a mobilização de um conjunto de categorias nativas principalmente expressas pela “mística”, pelo “compromisso”, pela “luta” e pela “confiança”. As considerações apresentadas ao longo do texto foram estruturadas a partir de pesquisa empírica realizada por meio de observação participante e entrevistas com militantes e lideranças do MST.

PALAVRAS-CHAVE: MST. Boné. Movimentos Sociais. Política. Confiança.

¹ Jornalista, doutora em Antropologia e pesquisadora de pós-doutorado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA-UFF). É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Antropologia do Direito e das Moralidades (GEPADIM) do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC-UFF). Pesquisa financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) Processo nº SEI-260003/020141/2022. Email: marianapitasse@id.uff.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4376-6140>.

“MORE THAN AN IDEIA IN YOUR HEAD”: MYSTIQUE, STRUGGLE AND TRUST AROUND THE CAP OF THE MST

ABSTRACT: This paper aims to reflect on how meanings, values, and relationships are organized around the cap of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). The red accessory – which has found followers beyond the sphere of activism – can be understood as much more than an accessory that signifies a political stance or integration into the movement. In the relationship between leaders and activists, the cap can be used as a symbol that indicates the positions they hold within the structure of the movement. The analyses contained in this article were built around an event description, the transfer of a leadership position from one activist to another through a “passing of the cap” – which, in this case, is not just a figure of speech to symbolize the change but also the accessory itself passed down as a legacy. The episode exemplifies the mobilization of a set of native categories mainly expressed through “mystique”, “commitment,” “struggle” and “trust.” The considerations presented throughout the text were structured based on empirical research conducted through participant observation and interviews with MST activists and leaders.

KEYWORDS: MST. Cap. Social Movements. Policy. Trust.

“MÁS QUE UNA IDEA EN LA CABEZA”: MÍSTICA, LUCHA Y CONFIANZA EN TORNO A LA GORRA DEL MST

RESUMEN: El objetivo de este artículo es reflexionar sobre cómo se organizan sentidos, valores y relaciones en torno a la gorra del Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). El accesorio rojo – que ha encontrado aficionados fuera del espacio de la militancia – puede ser entendido más que como un objeto que demarca una posición política o la integración al movimiento. En la relación entre líderes y militantes, la gorra puede ser utilizada como herramienta que indica las posiciones que ocupan en la estructura del movimiento. Los análisis de este artículo son construidos en torno a la descripción de un episodio, que implica la transferencia de una posición de liderazgo de un militante a otro, a través del “traspaso de la gorra” – que en este caso no se trata apenas de una figura de lenguaje para simbolizar el cambio, sino también del accesorio propiamente

dicho, cedido como herencia. El episodio ejemplifica la movilización de un conjunto de categorías nativas expresadas principalmente por la “mística”, por el “compromiso”, por la “lucha” y por la “confianza”. Las consideraciones presentadas a lo largo del texto fueron estructuradas a partir de una investigación empírica realizada por medio de observación participante y entrevistas con militantes y líderes del MST.

PALABRAS CLAVE: MST. Gorra. Movimientos Sociales. Política. Confianza.

INTRODUÇÃO

“Mais que uma ideia na cabeça, o boné é sucesso de público e crítica”. O trecho retirado de uma reportagem publicada² pelo jornal *Brasil de Fato*, em maio de 2023, trata sobre como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)³ define seu acessório mais comercializado nas lojas online e presenciais: o boné vermelho que estampa o logo do movimento. O texto destaca ainda que a procura pelo adereço furou a bolha de relações do movimento, ao explicar que passou a ser utilizado nos últimos anos não só por militantes e apoiadores do movimento. Na plataforma online do Armazém do Campo, rede de lojas que comercializam produtos do movimento, onde é vendido, o acessório é apresentado na descrição do produto como “o boné da esquerda brasileira”.

Em outra reportagem, desta vez publicada no jornal *O Globo*⁴, Ademar Ludwig, coordenador do Armazém do Campo, conta que a

² A reportagem publicada em 21 de maio de 2023 pode ser acessada em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/21/uma-ideia-na-cabeca-bone-do-mst-ganha-cada-vez-mais-adeptos-e-e-sucesso-de-vendas>.

³ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) definiu o seu primeiro encontro realizado em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, estado do Paraná, como a data de sua fundação. Desde então, nestas quatro décadas de existência, o MST conviveu com diferentes conjunturas da questão agrária e política do país. Segundo o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001), o MST é parte da luta do campesinato brasileiro, mas nela assume o papel de protagonista, por ter uma organização mais sólida e de caráter nacional. Por essas características ficou reconhecido como um dos principais movimentos sociais brasileiros, como aponta Bernardo Maçano Fernandes (1999).

⁴ Reportagem publicada em 22 de março de 2022, pode ser acessada em: <https://oglobo.globo.com/cultura/mst-lanca-site-para-vender-bones-estilistas-reforcam-pode-usar-na-balada-sim-25438987>.

venda do acessório passou de 600 para mais de 3 mil unidades por mês em março de 2022. Segundo a reportagem, a disparada nas vendas do boné no período acompanhou uma polêmica publicada por uma série de usuários do *Twitter*, que foi compartilhada em outras redes sociais. As publicações questionavam a legitimidade de pessoas que não integram o MST de usarem o acessório. Enquanto grande parte das postagens faziam críticas ao que destacam como uma “gourmetização” do boné, argumentando que ele acabou se dissociando do seu significado original ao virar um “acessório para ir para a balada”⁵, outras defendiam o uso do boné como símbolo de apoio ao movimento. Em meio ao debate, o MST se manifestou publicamente apoiando o uso do boné por quem quisesse e divulgando locais e canais online de venda do acessório.

Essa foi uma das vezes em que o boné e seus usos se tornaram protagonistas da pauta política nacional estampada nas redes sociais e nos jornais de grande circulação. Em outra ocasião mais emblemática, no ano de 2003, o boné já havia sido convertido no centro das atenções quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) o vestiu ao receber lideranças do movimento para uma reunião no Palácio do Planalto. Em seguida, as fotografias de Lula com o boné ocuparam as manchetes de jornais de grande circulação nacional acompanhadas de críticas, feitas sobretudo por parlamentares da oposição que consideravam não só inapropriado o uso do boné pelo presidente, bem como um apoio “licencioso à escalada sinistra e perigosa do MST” no cenário político nacional, segundo trecho de uma reportagem publicada pela *Revista Época*⁶.

O episódio foi responsável por tensionar a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as ações do movimento, como destaca a cientista política Mayrá Silva Lima (2020). Desde 2003, o MST já foi investigado em três comissões de inquérito no Congresso Nacional, sendo a primeira a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Terra, que funcionou entre 2003 e 2005, no primeiro mandato de Lula.

⁵ Utilizo as aspas para destacar os termos “gourmetização” e “acessório para ir para a balada” no intuito de reproduzir a íntegra de como as postagens se referiram à polêmica.

⁶ Reportagem publicada em maio de 2003, pode ser acessada em: <https://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR58670-5990,00.html>

O uso de um boné do MST pelo Presidente Lula, amplamente divulgado pelos meios de comunicação, foi o estopim para que a oposição e a Bancada Ruralista mobilizassem a CPMI da Terra. Foi a aproximação pública do Presidente Lula com o MST, enquanto movimento camponês, que indignou a maioria dos parlamentares, ao ponto de ameaçar a derrubada de seu governo. “Sua excelência [Lula] jamais poderia ter colocado na cabeça o símbolo da desordem. Pode um presidente da República aceitar e demonstrar intimidade ao ponto de colocar um biscoito na boca de um líder do MST?” (Deputado Federal José Carlos Aleluia, líder do PFL, durante discurso na Câmara dos Deputados, em 02 de julho de 2003). (LIMA, 2020, p. 129)

A segunda investigação ficou conhecida como a “CPMI do Campo”, ou “do MST”, instalada nos anos de 2009 a 2011, entre o final do segundo governo Lula e o início do primeiro mandato de Dilma Rousseff. Depois disso, a última das CPMIs foi aberta em abril de 2023 e novamente colocou os holofotes sobre a atividade do movimento, desta vez, durante o terceiro governo Lula⁷.

Antes de chegar à cabeça do presidente Lula, em 2003, e virar justificativa para a abertura de uma CPMI, o boné percorreu marchas pelo Brasil e disputou espaço com o tradicional chapéu de palha até se tornar símbolo do movimento. Em conversa com militantes do MST, as informações a respeito da origem do boné são contadas de diferentes formas, mas a versão “oficial” relatada pelas lideranças, em entrevistas e falas públicas, é de que o adereço substituiu o chapéu de palha na caminhada que o movimento fez até Brasília, em 1997, organizada para

⁷ Luiz Inácio Lula da Silva exerce a Presidência da República de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2027, representando seu retorno ao cargo para um terceiro mandato após ter sido presidente de 2003 a 2011. Lula foi escolhido por voto popular direto na eleição presidencial de 2022, derrotando o candidato à reeleição Jair Bolsonaro.

marcar o primeiro ano das mortes de Eldorado do Carajás⁸. Na época, o MST foi recebido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que também foi presenteado com o boné. No entanto, o ex-presidente não o vestiu.

Para além de seus usos e representações, o boné também pode ser analisado do ponto de vista de práticas, valores e simbologias que envolvem a dinâmica de organização da estrutura do MST. Com isso, quero dizer que é um elemento que pode simbolizar também como as relações são estabelecidas entre a militância, com base no “compromisso” e no “engajamento” com a “luta” e na construção das relações de “confiança”. Para fazer essa análise desenvolvida neste artigo me baseio em material empírico, produzido como um desdobramento de parte de minha tese de doutorado⁹ e também da pesquisa subsequente que está sendo desenvolvida durante meu estágio pós-doutoral.

Na construção da pesquisa de campo busquei, principalmente, como recurso a observação participante das atividades do jornal Brasil de Fato¹⁰ no Rio de Janeiro, veículo de comunicação organizado por um grupo de

⁸ Todos os anos, o MST organiza atividades de mobilização durante o mês de abril, em memória dos 21 sem terra assassinados no dia 17 de abril de 1996, no sul do Pará. Nesta data ocorreu o massacre de Eldorado do Carajás, que ficou conhecido como um dos episódios mais violentos em todo o Brasil envolvendo questões agrárias e fundiárias. Os assassinatos decorreram de ação da Polícia Militar, que foi mandada ao local para desobstruir a rodovia, após uma manifestação de militantes do movimento que estavam acampados na região.

⁹ A tese é intitulada “‘Confiar, desconfiando’: Uma etnografia sobre ritos de confiança, relações políticas e redes de informação em um jornal alternativo” e foi defendida em maio de 2022 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, Rio de Janeiro.

¹⁰ O Brasil de Fato é um veículo de comunicação criado por diversos movimentos sociais com o objetivo de ser “o porta-voz da classe trabalhadora e das lutas populares”. Com 21 anos de existência completos em 2024, passou por diversas alterações neste período e conseguiu reservar seu espaço entre a audiência dos veículos de comunicação alternativa do país. Ao longo de sua trajetória, o Brasil de Fato passou por movimentos de expansão e retração, acompanhando as crises políticas em que estão inseridos os movimentos sociais por trás de sua estruturação.

movimentos sociais¹¹ e protagonizado pelo MST¹². Construir a pesquisa de campo neste ambiente quer dizer me relacionar com interlocutores que são lideranças políticas do MST – e assumem posições de coordenação do veículo –, militantes que são contratados para trabalhar realizando atividades de comunicação e de administração e também jornalistas que compõem a redação do jornal. Portanto, o Brasil de Fato não só é formado por militantes do MST como também é espelhado na forma adotada pelo movimento para a tomada de decisões, a organização do trabalho e a divisão das funções, como destaque e argumento mais à frente neste texto.

Nesse sentido, para construir as análises contidas aqui observei o dia a dia das atividades do jornal, nas reuniões, nas conversas informais, nos planejamentos e nas tarefas estabelecidas, ou seja, tudo o que envolvia a rotina de trabalho. Também realizei entrevistas formais com jornalistas e militantes que compõem a equipe do jornal com o objetivo de complementar as impressões e análises que construí a partir da observação. Ainda utilizei a avaliação de textos sobre o jornal, o MST e seus objetivos, como editoriais, rascunhos, relatórios de reuniões, estruturados para circulação interna e

¹¹ O jornal é articulado por movimentos sociais que fazem parte do espectro político definido por eles mesmos como “Campo Popular”, capitaneados pelo MST, e que inclui a Consulta Popular, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Levante Popular da Juventude. Esses movimentos são responsáveis por compor um coletivo, chamado de “conselho político”, em cada uma das regiões onde o jornal é organizado. O grupo é encarregado de instruir uma linha editorial para o veículo e organizar seu financiamento em cada localidade, através do estabelecimento de parcerias com órgãos e instituições para venda de espaços destinados à publicidade. Também é responsável por espelhar uma estrutura organizativa nos moldes de como são organizados esses movimentos.

¹² Uma das referências das organizações que compõem o Campo Popular – e organizam o Brasil de Fato – é o chamado “Projeto Popular para o Brasil”. Ele funciona como uma cartilha que compila os objetivos desses movimentos sociais e organizações políticas. O jornal, nesse sentido, é situado como uma das vias de atuação para colocar as diretrizes desse projeto em “debate com a classe trabalhadora”, como dizem os militantes. Em análise construída na minha tese de doutorado, aponto que o jornal é estruturado como um projeto desses movimentos sociais com o objetivo de dar legitimidade às suas ideias, críticas e propostas políticas. Dessa forma, é um veículo de “formação” do seu público, que busca ensinar pedagogicamente, ou orientar, quem o lê, qual é o posicionamento político a seguir. Por isso justamente é intitulado entre a militância como um projeto: o jornal é a cara pública dos movimentos sociais que o constroem.

também outros disponibilizados publicamente no portal online do jornal e do movimento e em jornais impressos. Ao mesmo tempo, relacionei os dados que foram sendo construídos a partir da pesquisa de campo com uma investigação bibliográfica, baseada sobretudo em trabalhos etnográficos.

O PAPEL DA MÍSTICA NO MST

No site do MST¹³, há um espaço dedicado a traduzir os significados dados aos símbolos utilizados pelo movimento através das cores da bandeira – as mesmas do boné. Nele, é detalhado que a cor vermelha representa “o sangue que corre em nossas veias e a disposição de lutar pela reforma agrária e pela transformação da sociedade”. O branco, “a paz pela qual lutamos e que somente será conquistada quando houver justiça social para todos”. A cor verde representa “a esperança de vitória a cada latifúndio que conquistamos”. O preto representa “o nosso luto e homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras que tombaram, lutando pela nova sociedade”. O mapa do Brasil é a representação de “que a luta deve chegar a todo o país”. O trabalhador e trabalhadora são “a necessidade de a luta ser feita por mulheres e homens, por famílias inteiras”, e o facão, “nossas ferramentas de trabalho, de luta e de resistência”.

A “luta”, enquanto categoria nativa no caso do MST, pode assumir diversos sentidos de acordo com o contexto e os sujeitos que utilizam o termo. Dessa forma, a palavra é munida de simbologia e amplamente utilizada seja para caracterizar o cotidiano, para legitimar a participação nas ações diretas ou para provar resistência. Não à toa. “Luta” faz parte do vocabulário e do dia a dia dos trabalhadores em situação mais precária e que vivem em crise permanente. John Comerford (1999), em sua análise sobre questões envolvendo trabalhadores rurais, descreve alguns dos significados embutidos no termo “luta”, um deles, como “íntimamente associado à noção de sofrimento e oposta à noção de preguiça e a ações

¹³ Conteúdo pode ser acessado em: <https://mst.org.br/nossos-simbolos/>. Destaco em aspas os trechos retirados na íntegra do texto disponível no site.

socialmente desqualificadas como roubar ou pedir esmolas” (COMERFORD, 1999, p. 19).

Partindo desse uso comum, os militantes ressignificam a “luta” para outros sentidos. Esse significado depende do contexto e “do lugar que os agentes ocupam no ciclo da vida” como apontado pela antropóloga Nashieli Rangel Loera (2006). E mais, depende da posição que ocupam no mundo das ocupações de terra e, especificamente, na hierarquia do movimento ou do acampamento, assim como também da constituição social desses espaços. No entanto, ainda que tenha outras acepções, uma constante que se repete é “o discurso do sofrimento”¹⁴ (COMERFORD, 1999; LOERA, 2006). Este discurso entre os dirigentes, os militantes ou as bases parece constituir uma ética particular. Ou seja, para um trabalhador rural o “sofrimento” é um elemento legitimador do “engajamento” com a “luta”, e é essencial para poder conquistar a terra e se tornar um “sem-terra” no sentido adotado pelo MST¹⁵. É o “sofrimento” debaixo da lona o que valida a pretensão e a conquista da terra.

Voltando à descrição dos símbolos, das cores e a relação deles com a “luta”, é possível afirmar que dizem muito sobre o papel do boné enquanto um dos acessórios chave para a construção da mística do movimento.

¹⁴ Essa relação da “luta” como “sofrimento” tem vinculação direta com o contexto de uma vida em situação de pobreza, mas seu reforço discursivo também tem afinidade com a origem cristã do MST. O movimento foi fundado em 1984, na cidade de Cascavel (PR), como resolução do I Encontro Nacional dos Sem Terra. Promovido pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), evento que teve por finalidade reunir diversos movimentos de “luta pela terra” que haviam prosperado com a influência das pastorais sociais da igreja católica, no final dos anos 1970 e início da década de 1980. Em particular no interior de São Paulo e na região Sul do país, esses movimentos desenvolveram autonomia política em relação aos padrinhos religiosos.

¹⁵ Segundo Loera (2004), para alguns *sem-terra*, principalmente *militantes*, o MST significa um todo: *militantes*, acampados e assentados formam parte da organização de Trabalhadores Rurais Sem Terra. Mas, para outros, principalmente os recém-acampados e alguns assentados, existe diferença entre ser do MST e ser *sem-terra*. O primeiro destes termos se traduz para eles como *os militantes* ou, mais especificamente, o que eles chamam as *militâncias*, as “cabeças” do acampamento ou do assentamento e, em termos mais gerais, as “cabeças” dessa organização (MST). O segundo termo refere-se ao conjunto dos acampados e assentados, “todos aqueles que se veem como candidatos à reforma agrária”. Além disso, faz-se referência ao *movimento* ora para designar o conjunto dos *sem-terra*, ora para designar especificamente o MST como organização.

A mística é definida, segundo a antropóloga Christine de Alencar Chaves (2022), como uma categoria do pensamento e da prática política que perpassa múltiplas esferas de ação e distintas atividades no MST, sendo a construção da representação uma delas. De acordo com a autora, em suas múltiplas dimensões, a mística expressa “a cosmologia do MST, desempenhando papel político na articulação das instâncias organizativas” da militância (CHAVES, 2022, p. 02).

No site do MST, a palavra mística aparece apenas uma vez na aba em que são apresentados os símbolos do movimento, citados anteriormente, em um pequeno texto introdutório que aponta a simbologia utilizada pelo movimento como parte fundamental de sua mística:

Desde as primeiras ocupações, os Sem Terra vêm criando diversos símbolos de representação de sua luta. Circunstanciais, como a cruz da Encruzilhada Natalino, ou permanentes, como a bandeira e o hino do MST, eles são, sobretudo, signos da unidade em torno de um ideal e constituem a mística do Movimento (MST, 2024, sem número).

Isso quer dizer que as ações construídas através da mística podem ser expressas pelos bonés, camisetas, bandeiras, ou por rituais performados através de peças teatrais, músicas, poesias e outros elementos simbólicos que são apresentados nos acampamentos, assentamentos, em encontros, congressos e nas diversas manifestações que o MST organiza. Nesse sentido, a categoria é mobilizada pelo MST para designar também ações pensadas para construir e ratificar uma representação do movimento, seja publicamente ou entre a militância. No entanto, como mostra Chaves, o sentido da mística vai muito além do que a representação:

É possível elencar entre as tarefas políticas da mística: forjar a identidade social sem-terra e produzir um sujeito coletivo; reforçar a “organicidade” do MST por meio da integração de seus setores e coletivos; garantir a unidade da organização, especialmente entre base social e militância; contribuir para a formação política e coesão ideológica do

Movimento; comunicar objetivos políticos contextuais; dar conteúdo emocional à sua plataforma política; expressar valores e sentidos para dentro e para fora do Movimento; atuar na “disputa de ideias” e valores, constituindo-se, portanto, numa *política do sentido* (CHAVES, 2022, p. 3).

Dessa maneira, conforme argumenta a autora, no MST a mística é ao mesmo tempo um valor, uma prática ritual, um “princípio organizativo” e um “método de trabalho de base” (CHAVES, 2021). Os rituais construídos através dela tem como característica serem redundantes do ponto de vista de performar sobre situações favoráveis ou adversas da luta pela terra. No entanto, como também lembra a autora, se adaptam às circunstâncias assumindo características dramáticas ou festivas, com conteúdos de alegria e celebração ou de revolta e indignação. Assim como os símbolos, que reproduzem nas cores e nas imagens as narrativas de triunfo, mas também de “sofrimento”, de “resistência”, de “engajamento”.

Em textos e cartilhas do MST é possível encontrar de modo sistematizado e mais detalhado do que no site do movimento a centralidade que a mística assume em sua organização e projeção pública. Não sem motivo, conforme pontua Chaves (2022, p. 04), “os sem-terra consideram a mística a força e a alma do MST”.

As manifestações públicas de protesto, de reivindicação, de celebração e de solidariedade têm que ter volume e atrair pelo visual: cores, luzes, gestos, símbolos, vibração, envolvimento. Sua finalidade é mostrar o poder da união, é pressionar para garantir direitos, é atrair novos companheiros. Quando são mal organizadas não transmitem nossas mensagens nem divulgam nossas propostas. Muitos militantes se tornaram simpatizantes da luta por apresentações marcantes que nunca esqueceram (PELLOSO, MST, 1998, não numerado)

Em visão complementar, o pesquisador e militante do MST Ademar Bogo (1999) destaca do ponto de vista da militância o papel da mística no processo de mobilização.

Nas lutas sociais existem momentos de repressão que parecem o fim de tudo. Mas aos poucos, como se uma energia misteriosa tocasse cada um, lentamente as coisas vão se colocando novamente e a luta recomeça com maior força. Esta energia que nos anima para seguir em frente é o que chamamos de “mistério” ou de “mística”. Sempre que algo se move em direção a um ser humano para torná-lo mais humano, aí está se manifestando a mística (BOGO, 1999, p. 127).

Dessa forma, a mística também tem como papel estimular a confiança dos militantes na ação coletiva, na mobilização, na existência do movimento. Por isso, o boné pode ser pensado como acessório que reúne papel protagonista para a manutenção do movimento, que vai desde o pertencimento até a projeção de imagem pública de unidade entre a militância. Também pode ser analisado como uma marca que extrapola os espaços endógenos da militância, pretendendo notabilizar o MST como um aglutinador da esquerda brasileira, assim como citei anteriormente através da maneira em que é definido o acessório no portal online do movimento.

ORGANIZAÇÃO ESPELHADA

Para tratar de maneira empírica o que enunciei na introdução deste artigo sobre a relação entre o boné e a dinâmica de organização da estrutura do MST, descrevo a seguir um episódio que aconteceu no âmbito do jornal Brasil de Fato durante minha pesquisa de campo. O episódio trata sobre as transformações ocorridas na condução do veículo após uma liderança política assumir as responsabilidades e funções de outra liderança, o que também se apresentou como exercício de manutenção da estrutura do movimento no jornal a partir de adaptações. O boné, por sua vez, foi o símbolo principal utilizado para representar essa transição.

Antes de tratar do episódio propriamente dito, vale ressaltar que a partir da pesquisa que desenvolvi, pude perceber que a maneira como o jornal é coordenado se espelha na forma adotada pelo MST para a tomada

de decisões, a organização do trabalho e a divisão das funções. Também a partir da experiência do MST é como se organizam os outros movimentos sociais parceiros, como a Consulta Popular, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Levante Popular da Juventude.

Com isso, quero dizer que a estrutura dos movimentos em que o jornal se baseia é construída a partir de uma hierarquia, referenciada pelos militantes como centralismo democrático. Nessa estrutura, os espaços decisórios são restritos a um pequeno grupo e as decisões políticas repassadas para as camadas seguintes, divididas em coordenações nacionais e regionais.

Nesse sentido, a estrutura é centralizada e hierarquizada. É dividida a partir de núcleos territoriais de militantes, chamados de coordenações. A coordenação nacional é formada por integrantes das coordenações estaduais que, por sua vez, são formadas por representantes das coordenações regionais. Na teoria, os espaços de deliberação partem das discussões da coordenação nacional até chegar nas regionais. No entanto, na prática, há um núcleo duro que preside a coordenação nacional, formado por lideranças históricas do movimento. Para a tomada de decisões políticas há uma discussão dentro desse núcleo e o repasse dessa deliberação para as coordenações a partir de suas representações sucessivas. Portanto, apesar de a estrutura fomentar, na teoria e na prática, os espaços de discussão e debate, as deliberações centrais obedecem à hierarquia.

Essa estrutura é pautada em relações de “confiança”, sobretudo entre os que assumem posições de liderança e direção dentro do núcleo duro e também nas coordenações nacionais e regionais. Para construir a “confiança”, existem etapas de comprovação do “comprometimento” com a “luta” através do “sacrifício”, como trajetória que atesta se um sujeito é ou não capaz de assumir determinada função dentro da estrutura desses movimentos. A “confiança” é uma categoria nativa que identifico e discuto de modo detalhado na minha tese de doutorado. Nela, mostro como a “confiança” perpassa e constrói as relações entre a militância e é considerada um elemento de valor dentro dos códigos do MST e dos movimentos sociais parceiros.

É uma confiança estabelecida na discricção, seja para guardar as informações por um tempo, antes que se tornem públicas, seja para ouvir detalhes que não eram para serem ouvidos e identificar que devem ser tratados com sigilo. Isso supõe também considerar que o segredo não apenas estabelece um regime daquilo ao qual não pode se ter acesso, que é ocultado, guardado ou escondido, mas daquilo que não pode ser explicitado, que deve permanecer implícito, nos bastidores. Saber quando falar, quando calar, quando perguntar e quando silenciar, faz parte também das provas que é necessário superar para ganhar a confiança.

Ainda mais, a “confiança” é estabelecida na garantia de que uma “tarefa”¹⁶ vai ser desenvolvida sem grandes discussões ou tentativas de alterar o que foi planejado. É possível perceber entre a militância a representação de que quem “dá conta da tarefa”, ou seja, resolve ou apresenta soluções para determinada demanda é sempre alguém que merece destaque e “confiança” dentro da estrutura. Assim, não é esperado que apresentem argumentos contrários que degenerem o plano que tem *status* de uma decisão política, pois se pressupõe que militantes foram formados para compreender a disciplina de reconhecimento da hierarquia. Afinal, quando se trata de uma decisão política, não existe espaço para discussão, somente para cumprir a “tarefa” dada.

Conforme o próprio movimento define em uma de suas cartilhas, há uma ideia de que o poder central, que se organiza através do núcleo duro que mencionei no parágrafo anterior, é responsável por tomar decisões, porque as pessoas precisam de uma direção e uma organização.

Devemos dizer que um quadro é um indivíduo que alcançou o suficiente desenvolvimento político para poder interpretar as grandes diretrizes emanadas do poder central, tomá-las para si e transmiti-las como orientação à massa, percebendo, além disso, as manifestações que esta faça de seus desejos e suas motivações mais íntimas. É um indivíduo de disciplina ideológica e administrativa que conhece e pratica o

¹⁶ “Tarefa” é uma expressão muito utilizada pelos militantes do MST e movimentos parceiros para designar a função que vão cumprir por um período determinado. Tem o sentido parecido com o cumprimento de uma “missão”, uma “responsabilidade”.

centralismo democrático e sabe valorizar as contradições existentes no método para aproveitar ao máximo suas múltiplas facetas; que na produção sabe praticar o princípio da discussão coletiva e decisão e responsabilidades únicas; cuja fidelidade está provada e cujo valor físico e moral foi evoluindo ao compasso de seu desenvolvimento ideológico, de tal maneira que está sempre disposto a enfrentar qualquer debate e a responder com sua vida pelo bom andamento da revolução. É um indivíduo com capacidade de análise própria, o que lhe permite tomar as decisões necessárias e praticar a iniciativa criadora de modo que não se choque com a disciplina (MST, 2005, p. 09 apud LAZZARETTI, 2007, p. 139).

Isso não quer dizer que não há participação de outros sujeitos que não sejam membros do núcleo duro na construção do movimento, mas que essa participação é limitada e circunscrita à função que ele ocupa dentro dessa estrutura. Por exemplo, quando é formada uma ocupação, militantes da frente de massas organizam a ação, convocando pessoas a participarem (normalmente, trabalhadores rurais ou urbanos que moram nas periferias das cidades), estabelecendo parcerias e apoios políticos locais e dividindo tarefas entre os acampados. Alguns dos militantes da frente de massas que organizam a ocupação ou fazem parte da coordenação regional ou têm o apoio direto de um membro da coordenação estadual ou nacional. Por sua vez, esses militantes tomam as decisões logísticas e políticas locais que dizem respeito à ocupação e formação do acampamento. Se a ação tomar proporções nacionais, há a interferência do núcleo duro.

Nos estudos sobre esse modelo de organização, há diferentes olhares. Simplificando a discussão, a grosso modo, em argumentos opostos, parte dos autores caracteriza a atuação do movimento como tutelar em relação aos trabalhadores rurais e, para outra parte, o MST teria desenvolvido uma forma própria de educar e gestar sujeitos sociais.

Para autores da primeira análise (NAVARRO, 2002; MARTINS, 2003), destacado no levantamento de Suzana Maria Pozzer da Silveira (2008), o modo de organização do MST dificulta a formação de sujeitos

autônomos, tendo como consequência um nível baixo de democratização nas relações entre os integrantes do movimento, assim como em relação a outros movimentos sociais.

Segundo Zander Navarro (2002), o MST nasceu como um movimento social com constituição democrática, sendo pouco hierarquizado, com participação da base nas decisões e ações. Posteriormente, o movimento passou a ser uma organização, ou seja, não mais com participação das bases e com forte centralização da tomada de decisões. Dessa fase em diante, a base do movimento passou a ser mobilizada por diversos aspectos, mas não pela sua “adesão consciente e voluntária”. Sendo assim, o autor argumenta que um dos principais desafios do movimento é a democracia, não somente interna, mas também em relação a outros movimentos sociais parceiros.

Para os autores do segundo grupo da análise de Silveira (CALDART, 2001; CARVALHO, 2002), a visão é completamente oposta. O MST é apresentado como um dos principais movimentos sociais do meio rural que mais consegue transformar indivíduos excluídos em sujeitos autônomos, com capacidade de esclarecimento e autodeterminação própria. Dessa forma, além de ser defendido como um movimento democrático, também contribuiria para avançar na radicalização da democracia na sociedade em geral.

O que é importante de ser ressaltado, para além das análises sobre causa e efeito ou sobre o que seria considerado mais ou menos adequado, é que há uma complexidade de intenções, obrigações e simbolismos que fazem o movimento funcionar e se manter vivo. Um dos elementos que compõem essa experiência é a sua estrutura organizativa.

Entre a militância, uma frase comum de ser escutada quando o assunto é a adoção do centralismo democrático é de que essa seria “a única forma possível de coordenar um movimento de proporções tão grandes como o MST”, ou seja, como garantia de unidade e eficácia política do movimento. O argumento é de que ela garante a “organicidade” – termo que o MST usa para tratar sobre seu modo organizativo, tanto estruturalmente quanto no dia a dia, quanto nas diferentes atividades que esquematiza – e a agilidade nas ações concretas, conforme lembra

Chaves (2002). É como se fosse uma discussão superada, como dizem os militantes, que não vale a pena ser revista. Na prática, o argumento não admite as diferenças impostas no cotidiano de construção das ações diretas, protestos e ocupações. Não leva em consideração a sobreposição de deliberações que chegam sem aviso prévio e têm que ser cumpridas. No entanto, tem o papel de garantir a manutenção do movimento.

Um exemplo disso aconteceu de maneira enfática nos anos 2000, quando o movimento decidiu adotar o discurso e as práticas da agroecologia em contraposição ao modelo agroindustrial que vinha sendo priorizado no modo de organização das famílias acampadas e assentadas. Como ressaltam os pesquisadores André Luiz de Souza e Sergio Schneider (2022), no processo de internalizar a agroecologia nos assentamentos, a decisão foi tomada pela direção do movimento e passada para a base através sobretudo da formação dos militantes e de técnicos profissionais na área da agroecologia para fazer o diálogo com os agricultores.

No caso do Brasil de Fato, com o seu crescimento a partir de 2016, houve uma adaptação para reprodução dessa estrutura política. Como um todo, o Sistema Brasil de Fato¹⁷ é integrado por núcleos regionais de produção jornalística - que têm atuação em 10 estados¹⁸ — e um núcleo central – localizado em São Paulo. Chamado de CPMídias, esse núcleo acumula recursos financeiros, profissionais contratados e tem concentrada a tomada de decisões por uma coordenação chamada direção política, que funciona como o que chamei de núcleo duro do MST e tem como integrantes nomes repetidos desse espaço, além representações dos outros movimentos sociais que compõem o Brasil de Fato.

Já os núcleos regionais são formados por um coordenador de jornalismo e editor, que é jornalista profissional e militante de algum dos movimentos que constroem o jornal, um conselho político-editorial

¹⁷ O Sistema Brasil de Fato é o nome utilizado pelos coordenadores para representar toda a estrutura do jornal.

¹⁸ O jornal impresso em formato tablóide é produzido e distribuído de forma gratuita em pontos de alta circulação semanalmente nas capitais dos estados de Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Também tem edições, mas ainda sem periodicidade, nos estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Sergipe.

estadual, composto por representantes de organizações parceiras, e um coordenador político geral, que é uma espécie de presidente do conselho e é responsável por gerir o núcleo regional. Esse conselho funciona como uma instância da direção política localmente, dessa forma, as decisões das redações estaduais não passam pelas instâncias nacionais. Há uma autonomia.

Esses núcleos regionais têm participação no sistema a partir de duas frentes: a direção política e o conselho político nacional. O espaço da direção, como já mencionado, é exclusivo aos coordenadores políticos, que são figuras centrais do MST e outros movimentos parceiros. É onde as deliberações são sancionadas. Já o conselho é o espaço onde os jornalistas responsáveis por cada núcleo estadual debatem e constroem maneiras de colocar em prática os apontamentos da direção. É o espaço de operacionalização das ideias. Em vista disso, se tem a compreensão entre os coordenadores políticos de que os editores são os que colocam os técnicos que põem “mão na massa” ou “materializam as ideias”.

Isso quer dizer que questões que dizem respeito a acordos políticos para venda de espaço de publicidade no jornal, para distribuição de exemplares em locais que não sejam os pontos de distribuição originais, para demandas sobre pautas ou para ocupar vagas no conselho político, são decididas pelos coordenadores políticos e tratadas com sigilo até que sejam anunciadas para serem colocadas em prática. O mesmo vale para questões administrativas, projetos e estratégias para o jornal, que envolvem a organização da redação, as decisões primeiro são tomadas pela coordenação e comunicadas aos jornalistas quando passam a valer e precisam ser executadas.

A partir deste prévio panorama sobre a maneira como o MST se estrutura e também o Brasil de Fato, além da análise dos valores, relações e sentidos expressos na “luta” através do “comprometimento” e o “sacrifício” para a construção da “confiança”, apresento a seguir o episódio da “passagem do boné”, que exemplifica empiricamente a mobilização especificamente dessas categorias nativas.

“PASSAGEM DO BONÉ”: LUTA, COMPROMISSO E CONFIANÇA

Durante o ano de 2020, a unidade do Rio de Janeiro do jornal Brasil de Fato passou por uma profunda crise financeira que determinou uma redução de gastos e a consequente paralisação das impressões em março de 2020 – que durou até outubro de 2021. Isso porque os parceiros que compravam espaços de anúncio no jornal, sindicatos e prefeitura decidiram diminuir a frequência e a quantidade de anúncios no período.

A iniciativa pode ser atribuída a uma somatória de fatores: primeiro, pela crise econômica agravada pelas condições colocadas pela pandemia de Covid-19¹⁹ em todo o país; segundo, pela Lei Eleitoral que impede a veiculação de anúncios de publicidade institucional em veículos de comunicação durante período de campanha (nos três meses que antecedem as eleições de outubro); terceiro, pelo enfraquecimento das relações políticas estabelecidas entre o jornal e seus parceiros.

Esse último fator ficou expresso na dificuldade de diálogo e de negociação da administração do jornal com os parceiros e pode ser explicado pelo distanciamento, por motivos de saúde, de uma liderança do MST que assumia a função de coordenador político do jornal. Ele permaneceu nesta função desde a fundação, em 2013, da redação regional no Rio, até 2021. Ao longo dos anos, uma de suas tarefas foi a de formar outros militantes, quer dizer, aproximar e forjar potenciais quadros políticos à dinâmica do movimento. Antes de assumir essa posição, ele também havia sido moldado para se tornar militante. Primeiro ingressando em uma ocupação, vivendo embaixo da lona, depois assumindo tarefas de responsabilidade dentro dessa ocupação, por fim, se mostrando pró-ativo, preocupado e interessado em se vincular ao movimento.

Para isso, encarou provas de “engajamento” e “comprometimento” para conquistar “confiança” entre os dirigentes do movimento. As provas

¹⁹ Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constituiu uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. A determinação teve alteração no status apenas em maio de 2023, quando deixou de ser classificada como emergência de saúde pública de interesse internacional.

se tornaram definitivas em um grande protesto que ajudou a organizar e ao final foi preso. Depois, por conta da condenação judicial, se tornou exilado por anos. Ainda na prisão, deu aula aos presos sobre marxismo, desigualdade e direito à terra. Pela capacidade reconhecida nesse contexto de formar militantes, dentro e fora do cárcere, foi apelidado de professor.

Ainda que não tenha sido substituído no Brasil de Fato por outro militante até o seu falecimento, em março de 2021, suas atividades diminuíram em razão da debilidade de sua saúde, afrouxando os laços políticos que haviam sido construídos e estabelecidos por ele. Neste período era comum escutar comentários, entre os militantes das organizações, sobre como fazia “falta sua presença física para as conversas políticas acontecerem”.

Esse momento não foi o primeiro em que o jornal impresso parou de circular por um longo intervalo de tempo. Em 2016, a impressão foi paralisada por cerca de oito meses também por “questões financeiras”. Assim como na experiência anterior, a decisão da coordenação política do jornal foi manter as atividades apenas no meio online, cortando os custos de impressão e mantendo um número mínimo de jornalistas na redação. De nove jornalistas que compunham a equipe, apenas quatro permaneceram trabalhando. A redução de trabalhadores e de custos de produção garantiu que o jornal mantivesse atividades até dezembro de 2020, quando foram completamente paralisadas até o retorno em abril de 2021.

O retorno do jornal aconteceu a partir de uma reorganização nos acordos e relações políticas que haviam sido estruturadas pelo coordenador político do jornal até então – e que perpassavam por âmbitos que não se resumiam ao Brasil de Fato mas também por outros projetos do MST que ele coordenava. Para isso, a movimentação feita pelo MST foi endógena: partiu do reconhecimento da decomposição que vinha se desenhando para, em seguida, recompor a estrutura.

Assim, foi organizada uma “aglutinação de quadros”, que já estavam presentes no dia a dia do jornal, mas que não haviam sido incluídos oficialmente ao movimento. Dessa forma, um membro do conselho político, dos mais atuantes nos últimos anos, que antes militava na Consulta Popular e era amigo pessoal do antigo coordenador, foi convidado a

integrar como militante uma brigada²⁰ do MST construída com o nome do coordenador anterior, após o seu falecimento, para dar conta de suas atividades. Sem essa passagem, não seria possível para o militante assumir a coordenação do jornal, segundo ele próprio me disse em diversas conversas que tivemos durante a reestruturação do jornal.

O processo teve nuances de um ritual que simbolizou a transferência do cargo, com o episódio emblemático da “passagem do boné”. Neste contexto, a “passagem do boné” não é só uma figura de linguagem, utilizada como recurso para descrever o empossamento do militante ao cargo em várias ocasiões públicas ou em conversas reservadas, mas também se trata do boné propriamente dito.

O acessório vermelho, neste caso, não tem nada de acessório: assumiu papel de um símbolo protagonista utilizado pelas lideranças. Assim, quando o novo coordenador político oficializou o aceite da tarefa, o boné utilizado pelo antigo coordenador político foi doado por sua viúva a ele, como uma simbologia de agradecimento por assumir suas responsabilidades, também como uma marca da herança de “confiança” deixada pelo militante falecido. Em falas públicas ou em reuniões internas, a ação se tornou estratégia discursiva do herdeiro, ao afirmar por diversas vezes que “recebeu e carrega literalmente o boné” do antigo coordenador.

O episódio exemplifica como essa estrutura, além de hierarquizada e centralizada, é permeada pelas relações de “confiança”, estabelecidas pelo “comprometimento” com a “luta”, mas também por meio de vínculos pessoais. O fato de o antigo e o novo coordenador terem sido amigos pessoais faz com que o legado deixado pelo militante falecido tenha um valor ainda maior para o que assumiu suas funções do que se a relação entre eles fosse mais distanciada.

Um compromisso que carrega um peso duplo, ao ser assumido não só em nome da militância, mas também pelo amigo que se foi (direto das mãos da viúva). Ao mesmo tempo, sobre a base dessa “confiança”, se

²⁰ A brigada é o termo utilizado pelos integrantes do MST para se referir à organização interna de militantes em torno de tarefas em um território determinado, que podem ser as mais variadas, como montagem de acampamentos, a organização de projetos, a estruturação de feiras, etc.

garante uma relação de autoridade que, a partir da fidelidade ao legado recebido, se institui a substituição no cargo.

A teoria da dádiva de Marcel Mauss (2003), um dos clássicos da Antropologia, auxilia a compreender de modo analítico o circuito de bens materiais e simbólicos produzidos pelas relações de trabalho e militância no jornal, também os valores e sentidos expressos através da categoria nativa da “confiança”. Para Mauss, há um triplo compromisso que fundamenta as relações humanas de sociabilidade: dar, receber e retribuir. Essas interações, segundo o autor, seriam responsáveis pela fundação e manutenção de grupos e sociedades e estariam embutidas não só em bens materiais, mas também simbólicos. Essa tríade da dádiva, nesse sentido, é ainda definida por Mauss como um paradoxo: ao mesmo tempo que são voluntárias, são obrigatórias e, portanto, condicionadas.

Ademais, o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente. Enfim, essas prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma, sobretudo, voluntária, por meio de regalos, presentes, embora elas sejam no fundo rigorosamente obrigatórias, sob pena de guerra privada ou pública. Propusemos chamar tudo isso de sistema das prestações totais. (MAUSS, 2003, p. 190).

Em outras palavras, a troca está embutida em uma série de comprometimentos. Segundo Mauss, sempre trocamos: é uma espécie de imperativo, mas essa troca nunca é uma simples troca, um escambo, eu te dou isso e você me dá aquilo e está tudo certo, a relação não se encerra nesse movimento. Há uma vasta série de obrigações e intenções que se misturam no momento em que trocamos, como destaca Emanuel Oliveira Braga (2016) em leitura do autor.

Uma possível interpretação do modo organizativo do MST através do sistema da dádiva é que a militância estaria formada na tríade de dar, receber e retribuir. Dessa forma, é possível entender que a troca embute uma série de interesses e de obrigações além da leitura simplista do bem e do mal, ou seja, além do que poderia ser entendido à primeira vista como generosidade e bondade militante. Essa troca, segundo Mauss, estabelece uma relação em que o maior beneficiado é sempre quem é o doador inicial, porque cria no destinatário uma necessidade de retribuir, mas nem sempre a contento do que foi dado. Aí se encontra a chave para entender a noção de dívida - e certa dependência - destacada pelo autor como responsável pela assimetria nas relações.

Assim, dentro do contexto descrito, esse sistema de trocas se traduz no “compromisso” com a “luta” do MST - entendido como uma necessidade - que alimenta a sua existência. Sem o “compromisso”, a indispensável construção das relações “confiança” não existe. Nesse sentido, há uma complexidade de ações e relações simbólicas que explicam o funcionamento do MST, de outros movimentos parceiros e de seus projetos, como o Brasil de Fato.

No caso do episódio que descrevi aqui, é possível notar que está diretamente relacionada ao circuito da dádiva. Assim como foi compartilhado com o novo coordenador uma rede de relações e de informações de “confiança”, ele também teve que corresponder assumindo responsabilidades como uma forma de comprometimento com a “luta” do movimento. Como uma espécie de transmissão de responsabilidades e comprometimento, não competiria a ele negar a oferta porque isso significaria romper com a lógica do triplo compromisso: depois de dar (através do trabalho e da militância), receber (por meio da inserção em redes de relações e confiança), havia chegado a hora de retribuir.

Com a confirmação do novo coordenador político, a equipe do jornal foi remontada, também com os mesmos dois repórteres que haviam trabalhado até a pausa de três meses nas atividades. Em seguida, com o passar dos meses e a retomada das conversas e acordos políticos, ao longo do ano de 2021, a venda de publicidade para parceiros foi recuperada

e com ela a impressão do jornal, a organização de novos projetos e a contratação de mais profissionais.

Dessa forma, a reestruturação do jornal não se funda definitivamente em uma nova forma organizativa, mas se baseia no trabalho e no arranjo que já estavam em desenvolvimento até então. Assim, o período de pausa e retomada do jornal confirma a natureza de sua estrutura pautada na valorização das relações de “confiança”.

Para ratificar essa estrutura, que caminha mesmo que não exatamente com os mesmos elementos e indivíduos, mas próximos a eles, os militantes recorrem à estratégia discursiva que relembra o legado e a responsabilidade de tocar a “luta”. O nome do antigo coordenador, então, se reúne aos outros membros do conselho político do jornal, também falecidos, no hall de pais fundadores a quem a equipe e a militância devem lembrar, honrar e referenciar, nas definições militantes. Assim, enquanto o hall cresce e os quadros são substituídos (ou não), a estrutura permanece, mesmo que não necessariamente de forma equilibrada e harmônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O boné vermelho, que nos últimos anos saiu das passeatas e foi parar na cabeça de um presidente da República, se tornou um dos acessórios icônicos do MST, parte importante de sua mística, de sua história e de sua imagem pública. O mesmo boné, como procurei descrever ao longo desse artigo, também simboliza como são estabelecidas as relações entre militantes no interior do movimento, sobretudo baseadas na confiança.

A “confiança” a que me refiro pode ser entendida não só como essencial para o estabelecimento das relações de inserção e aproximação com a militância, mas também como um valor primordial para a manutenção da estrutura do MST. Dessa forma, é através, principalmente, das relações de confiança que essa estrutura se baseia, se alimenta e funciona.

O episódio tratado exemplifica como essa estrutura é permeada por essas relações, estabelecidas também por meio de vínculos pessoais. As lideranças que tiveram transferência de posição e tarefas eram amigos pessoais, o que faz com que o legado deixado pelo militante falecido tenha

um valor ainda maior para o que assumiu suas funções: um compromisso que carrega um peso duplo, ao ser assumido não só em nome da militância, mas também pelo amigo que se foi, neste sentido, relaciona a categoria nativa “confiança” com a teoria da dádiva de Mauss, como elucidado anteriormente.

Ao mesmo tempo, sobre a base dessa “confiança”, se garante uma relação de autoridade que, a partir da fidelidade ao legado recebido, se institui a substituição no cargo. O boné, por sua vez, representa justamente isso: a passagem não só das tarefas e funções, mas também de uma herança, de uma memória a ser lembrada e honrada. Nesse sentido, o boné é muito mais do que um adereço que representa o pertencimento à militância ou o apoio ao MST, ele é também uma marca de como se organiza o movimento: uma estrutura hierarquizada edificada em nome do “compromisso” com a “luta” com base em relações de “confiança”.

REFERÊNCIAS

- AGUIÃO, Silvia. Produzindo o campo, produzindo para o campo: um comentário a respeito de relações estabelecidas entre “movimento social”, “gestão governamental” e “academia”. In: CASTILHO, S.; LIMA, A.; TEIXEIRA, C. (orgs.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014, p. 115-126.
- BOGO, Ademar. Como melhorar nossa mística. MST. *Caderno de formação n. 27: Mística – uma necessidade no trabalho popular e organizativo*, p. 15-19, 1998.
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001.

- CARVALHO, Horácio Martins. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). In: Santos, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.119-222.
- CHAVES, Christine de Alencar. A Marcha Nacional dos Sem-terra: estudo de um ritual político. In: PEIRANO, Mariza (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 133-148.
- CHAVES, Christine de Alencar. Rituais da Mística. Fronteiras borradas entre política e religião. *Mana*, v. 27, p. 1-33, 2021.
- CLIFFORD, James. Poder e Diálogo na Etnografia: a iniciação de Griaule. In: CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998, p. 179-226.
- COMERFORD, John. Reuniões camponesas, sociabilidade e lutas simbólicas. In: PEIRANO, Mariza (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 149-170.
- COMERFORD, John. *Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999)*. 1999. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- FRAGOSO, Mariana Pitasse. 'Confiar, desconfiando': Uma etnografia sobre ritos de confiança, relações políticas e redes de informação em um jornal alternativo". Tese de Doutorado em Antropologia - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989, p. 13-41.
- LAZZARETTI, A. M. Lênin, o campesinato e o MST. *Tempo da Ciência*, v. 14, n. 28, p. 131-142, 2007.
- LIMA, Mayrá Silva. *Os ruralistas como elite política: hegemonia construída através do Estado e da imprensa brasileira*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- LOERA, Nashieli. Tempo de luta. In: LOERA, Nashieli. *Tempo de acampamento*. São Paulo: Editora UNESP, 2014, p. 113-154.
- LOERA, Nashieli. Mecanismos sociais da reforma agrária em São Paulo pelo viés etnográfico. *Lua Nova*, v. 95, p. 27-56, 2015.
- MARTINS, J. Souza. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 183-294.
- MIRANDA, Ana Paula. Arquivo Público: um segredo bem guardado?. *Antropolítica*, Niterói, v. 17, p. 123-149, 2004.
- MIRANDA, Ana Paula. Segredos e mentiras, confidências e confissões: reflexões sobre a representação do antropólogo como inquisidor. *Comum*, v.6, n. 17, p. 91-110, 2001.
- NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: Santos, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002 p. 189-232.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831>. Acesso em: 20 fev. 2024.

- SILVEIRA, Suzana M. P. *A construção do sujeito no MST: Assentamento Eldorado dos Carajás*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- SITE DO MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST), 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/>. Acesso em: 20 fev. 2024.
- SOUZA, A. L. de; SCHNEIDER, S. Internalização da soberania alimentar: desafios do MST em construir caminhos alternativos. *Retratos De Assentamentos*, v. 25. n. 2, p. 266-299, 2022.
- SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. *A mística do MST: mediação da práxis formadora de sujeitos históricos*. Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2012.
- PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. *Ponto Urbe*, ano 2, versão 2.0, 2008.
- PEIRANO, Mariza. Antropologia política, ciência política e antropologia da política. Comunicação apresentada no Grupo de Trabalho “Cultura e Política”, ANPOCS, Caxambu, 1996.
- PELLOSO, Ranulfo. A força que anima os militantes. In: MST. *Caderno de formação n. 27: Mística – uma necessidade no trabalho popular e organizativo*, p. 07-14, 1998.

Texto recebido em 31/10/2023 e aprovado em 23/04/2024